



1

Ana Javes Luz
Maria Helena Weber

OBSERVATÓRIO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA: experiência, pesquisa, crítica e cidadania

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.854.19-37

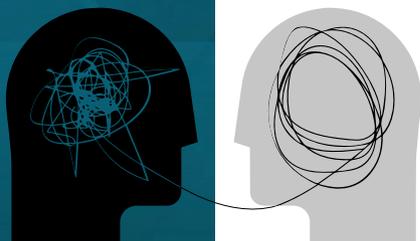
“Aparentemente, a crítica opõe-se ao comentário como análise de uma forma visível à descoberta de um conteúdo oculto”
(Michel Foucault – As palavras e as coisas)

INTRODUÇÃO

Refletir sobre a experiência do Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP), que em agosto de 2020 completou 5 anos de atividades, é o objetivo deste artigo. O projeto está vinculado ao grupo de pesquisa Núcleo de Comunicação Pública e Política (Nucop), do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGCOM/UFRGS). A seguir, apresentamos o processo de monitoramento, captura, sistematização e crítica sobre temas de interesse público e sobre a pesquisa em comunicação pública acessíveis através do website www.ufrgs.br/obcomp.

O conceito norteador do OBCOMP é a comunicação pública concebida como instância de promoção do debate público sobre temas de interesse público, cujos dispositivos são indicadores de qualidade das democracias, com potencial mobilizador da opinião pública, da sociedade, das mídias hegemônicas e alternativas, da imprensa e das plataformas sociais digitais. Nessa direção, o Observatório da Comunicação Pública atua monitorando e capturando informações produzidas pelo Estado, pela mídia e pela sociedade para sistematizá-las, debatê-las e torná-las acessíveis, gerando novos debates, críticas e permitindo a ampliação da pesquisa acadêmica.

Três são as premissas teóricas que norteiam a reflexão sobre o Observatório como instância de qualificação da democracia. A primeira considera os princípios da comunicação pública, admitindo a comunicação como inerente às práticas democráticas e à política que, para tanto, investem em tecnologia, recursos financeiros e

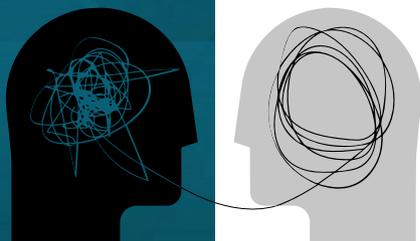


profissionais voltados à definição de estratégias, produtos e ações de relacionamento, visibilidade, disputa e *accountability* em nome do interesse público. Nessa perspectiva, as relações com as mídias e com a sociedade são determinantes para a existência de um debate público, assim como a promoção de determinados projetos, a disputa de versões sobre acontecimentos políticos e a desejada imagem pública favorável.

Uma segunda premissa diz respeito à cidadania e ao debate público sobre as políticas públicas engendradas pelos governos democráticos, que pretendem responder ao interesse público conformado pela Constituição brasileira e pela defesa de direitos humanos e sociais. No entanto, essas políticas são desenvolvidas, também, de acordo com interesses econômicos, privados e corporativos. Por isso, é importante promover o debate com a sociedade, tendo em vista a compreensão dessas políticas e suas consequências, bem como o desequilíbrio quando as mídias hegemônicas adotam a perspectiva privada e corporativa, reduzindo o debate do qual são promotoras e mediadoras.

Por fim, uma terceira premissa é relacionada ao impacto e à repercussão das políticas públicas identificáveis em três níveis: nos produtos, ações estratégicas, discursos adotados e publicizados pelos órgãos estatais junto aos públicos; nas notícias e opiniões que repercutem aspectos das políticas públicas na imprensa; e no discurso das organizações privadas sobre as ações públicas.

Diante dessa base teórica, as práticas do Observatório da Comunicação Pública atendem aos princípios de um debate público, com a exposição de abordagens sobre temas de interesse público e sobre comunicação pública. Seu foco é responder a questões teóricas, demandas e obtenção de resultados relacionados ao desenvolvimento de pesquisas nessa área do conhecimento. Em cinco anos de funcionamento, o projeto se consolidou como espaço de pesquisa,



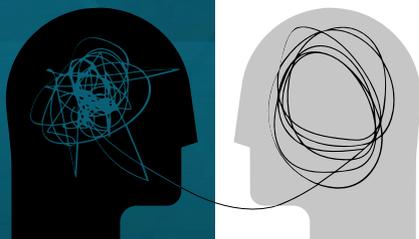
de produção crítica e de difusão de conhecimento, constituindo importante repositório da produção científica sobre comunicação pública no Brasil, além de ser espaço de debate, de resistência e de defesa da democracia.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA, A QUALIDADE DAS DEMOCRACIAS

O Observatório da Comunicação Pública está centrado teoricamente na perspectiva habermasiana do debate público e na fronteira das teorias da democracia deliberacionista, especialmente a abordagem de Esteves (2003; 2007; 2011)². A qualificação e precisão sobre esse conceito significa analisar suas práticas e ampliar o debate existente, através do acúmulo teórico (ensino, produção científica, eventos e publicações) sem perder a normatividade da “esfera pública” na perspectiva de Habermas (1984; 1997), da “democracia deliberativa” (BOHMANN, 2000) e as complexas relações entre as organizações midiáticas, as instituições políticas e a sociedade brasileira. Desse modo, o OBCOMP contribui para o debate público, princípio do estado republicano, considerando que Estado, sociedade e mídia debatem temas relacionados ao interesse público, a políticas públicas ou a decisões políticas. Se a qualidade das políticas públicas permite avaliar a qualidade ou os déficits da democracia, é o debate em torno desses temas que permite identificar os limites entre os interesses públicos e privados do próprio Estado, da mídia e das organizações direta e indiretamente atingidas.

A insistência em delimitar o uso do conceito comunicação pública de deve à necessidade de marcar diferenças entre interesses

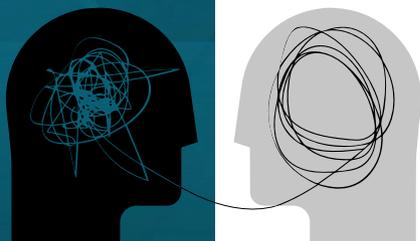
2 A produção científica gerada pelos integrantes do Núcleo de Comunicação Pública e Política (Nucop) indica avanços na interpretação e aplicação do conceito Comunicação Pública.



públicos e privados, isto é, quando o interesse público é reduzido a tema de interesses políticos e privados e, como tal, passa a orientar a produção de informação e, conseqüentemente, a mobilização de opiniões e ações em torno de decisões vitais.

Comunicação pública, assim como interesse público, é um conceito cuja semantização pode servir tecnicamente a qualquer ação oriunda de governos democráticos ou pode justificar a tomada de posição de órgãos de imprensa. Ao tentar ultrapassar a dimensão normativa do conceito, seus operadores simplificam e o reduzem a mídias, ações, produtos publicitários e informativos gerados pelas estruturas de comunicação governamental. Evidentemente que uma ação de comunicação produzida por um governo democrático poderá ser classificada quanto ao seu inevitável caráter público, assim como aquelas dos veículos de radiodifusão pública. No entanto, cabe identificar os limites dessa comunicação, ou seja, sua capacidade de promover o debate público sobre o tema em curso ou a limitação desse debate em torno de decisões pré-agendadas; promovendo a comunicação em benefício da sociedade ou dirigindo à formação de uma imagem pública favorável; divulgando informações ou investindo em propaganda.

Não são decisões excludentes à primeira vista, mas perspectivas que apontam para o paradoxo da visibilidade (WEBER; CARNIELLI, 2016), que é quando interesses públicos e privados de uma instituição pública aparecem inter-relacionados, seja na projeção do governante sobre o projeto ou na defesa deste por setores da imprensa, sem que a sociedade seja ouvida para a tomada de decisão. A circulação de opiniões e de informações, em escalas nacional, regional e local, através de rádios, televisões, jornais, revistas e mídias digitais, incidirão na formação da imagem pública, cuja repercussão poderá gerar índices de aprovação, apoio e votos. Por isso, a experiência do OBCOMP tem contribuído com a comunidade científica na reflexão sobre essas

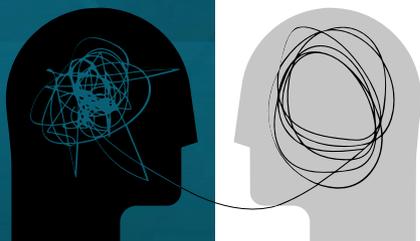


questões, especialmente a partir das pesquisas sobre comunicação pública que são capturadas e disponibilizadas em seu repositório.

O desenvolvimento das pesquisas permite elaborar a hipótese sobre as relações entre Estado, meios de comunicação de massa e sociedade a partir da comunicação sobre temas de interesse público, considerando a repercussão e a credibilidade sobre as ações e discursos dos poderes executivo, legislativo e judiciário. Fatos e informações desses poderes dependem da homologação das mídias e da sua inclusão a partir de critérios jornalísticos que, em tese, obedecem à verdade. Mas essa homologação dependerá, também, da abertura de espaços de visibilidade a partir dos interesses da empresa de comunicação, de cunho econômico, político, particular.

A problematização sobre a comunicação pública é formulada entre as dimensões da normatividade e a sua funcionalidade, a partir de três questões basilares (WEBER, 2011). A primeira, o *paradoxo da visibilidade*, está nos limites e sobreposições entre público e privado na publicização das ações públicas, dos discursos políticos e nas mídias dos poderes e instituições públicas. Enquanto o poder da tecnologia e a qualidade dos complexos sistemas de informação profissionalizaram e deram autonomia à comunicação dos poderes, as exigências de transparência, participação e *accountability* – inerentes à democracia – somaram-se às estratégias em busca da imagem pública adequada à disputa de opiniões e votos.

A segunda, o *poder da imprensa*, está vinculada à relação entre as instituições democráticas e o papel de vigilância e mediação desempenhado pelo jornalismo. Essa condição, própria da imprensa, poderia indicar que o interesse público seria defensável em quaisquer circunstâncias, preservadas a liberdade e autonomia de pensamento e opinião. No entanto, a produção científica sobre agendamentos e enquadramentos demonstram as contradições sobre a posição da



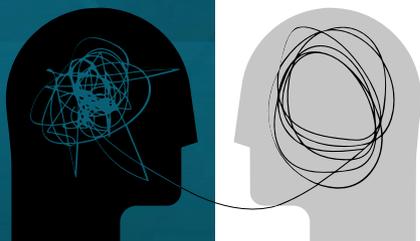
mídia em relação ao interesse público, assim como a defesa de seus próprios interesses sobre a política.

A terceira, a *dicotomia público-privado*, está centrada na proposição, reação, comunicação e ações provocadas pelas instituições sociais e organizações privadas, a partir de políticas ou ações públicas. Essas instituições e organizações privadas podem ingressar no debate público a partir das manifestações do Estado e da mídia. Podem, também, abordar um determinado tema de interesse público como evento ou campanha publicitária para provocar o Estado, atrair a mídia, ou ser produzido pelas próprias organizações midiáticas, pois as estratégias das empresas em torno da promoção do interesse público – que lhes convém – transformaram-se em referência para colaborar com projetos e temas da alçada do Estado, com espaço garantido na mídia. Por outro lado, sindicatos de classe e associações diversas fazem greves, manifestações de ruas e tentam dialogar com o Estado mas, apenas eventualmente, recebem cobertura midiática.

Compreender a dimensão normativa da Comunicação Pública significa também promover a cidadania, cujo estatuto é definidor da democracia e está relacionado à participação social. Nessa perspectiva, cidadania é conceito instituinte da comunicação pública e, operacionalmente, a participação da sociedade no debate sobre temas de interesse público qualifica a democracia. Na perspectiva epistemológica, é o exercício da cidadania que tensiona a comunicação pública.

OBSERVATÓRIOS: ESPAÇOS DE PESQUISA E DE CIDADANIA

Os observatórios foram temas de pesquisa abordados por Braga (2006); Christofolletti e Motta (2008); e Téllez (2011), com análise

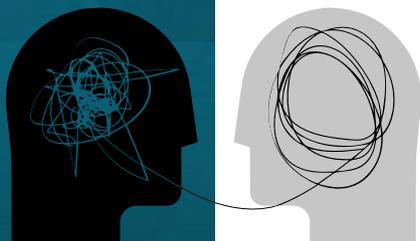


focada, especialmente, na imprensa e no jornalismo. A crítica à mídia acompanha os estudos sobre a comunicação desde seu ingresso como campo científico e o poder dos mídias de massa e a relação entre a difusão de informações, propaganda e a opinião pública ainda são temas complexos e atuais.

Os observatórios que vigiam as mídias são entendidos por Braga (2006, p.36) como interação entre mídia e a sociedade, sendo que esta se organiza “para tratar a própria mídia, desenvolvendo dispositivos sociais com diferentes graus de institucionalização, que dão consistência, perfil e continuidade a determinados modos de tratamento (...)”. Segundo o autor, o exercício da crítica permite a defesa de valores sociais e o enfrentamento com a mídia.

A identificação de observatórios e ouvidorias por Téllez (2011, p.74-5) aponta para três aspectos importantes. Primeiro, a diversidade de especialistas, profissionais e pesquisadores empenhados na reflexão sobre “temas e problemáticas que interpelam a esfera pública comunicativa da democracia” possui “um caráter particularmente propositivo na medida em que, ao fazer uma aproximação às suas lógicas de produção e rotinas jornalísticas, se busca diminuir alguns dos efeitos gerados pela crescente concentração midiática”. Em segundo lugar, ressalta “o sistema de informação gerado pelos observatórios que tem como ferramenta fundamental a presença das tecnologias de informação e comunicação” que permitiria “contato e interação permanente com seus usuários”. Por último, aponta para o “trabalho pedagógico” dos observatórios realizados em instituições de ensino e pesquisa, salientando que “é particularmente importante no interior das faculdades de comunicação”.

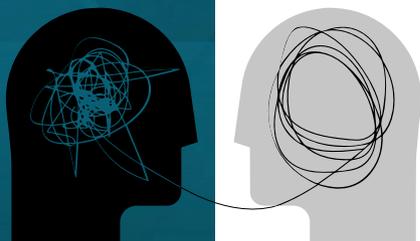
O conceito de cidadania está vinculado ao conceito de comunicação pública devido à expectativa do debate público e da participação social. O que os une é a variável política e os cenários históricos que permitem identificar seus movimentos. Já a tensão



entre os dois é provocada pela complexidade dos elementos que os instituem, com diferentes objetivos, valores, interesses, relações, classes, cultura, responsabilidades e modos de participação nos processos e instituições da democracia contemporânea.

Relacionar cidadania à comunicação pública e aos observatórios é trazer à tona os debates sobre o direito à Comunicação e à Informação que, desde a década de 60, mobilizam instituições sociais, acadêmicas e políticas; geram documentos e legislação que, em tese, garantem esses direitos. No entanto, o poder das mídias de massa/hegemônicos mantêm o espaço aberto sem que as conquistas jurídicas e políticas tragam resultados concretos na participação do cidadão quanto ao controle das mídias de concessão pública e quanto ao seu acesso à informação. Os observatórios são, portanto, dispositivos que permitem tensionar os indicadores de qualidade das democracias, assim como da mídia hegemônica e a da comunicação do Estado. Se a diluição contemporânea entre interesses públicos e privados não altera significativamente a estrutura das democracias, a defesa da comunicação pública é o indicador de qualidade do sistema democrático (WEBER, 2017).

Foi a necessidade de mapear e identificar esses processos, tão caros aos campos da comunicação, da ciência política e da sociologia, que justificou a idealização do OBCOMP e favoreceu a convergência de diferentes pesquisadores na sua concretização. Essa justificativa é ampliada pela disponibilização pública do conjunto de informações que o projeto captura e sistematiza, para que sejam debatidas, analisadas, estudadas, fortalecendo sua importância para os campos científico e político.



A CONSTRUÇÃO DO OBSERVATÓRIO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA

A criação do OBCOMP se deu como resposta à constatação de que, quando da sua criação, havia baixo índice de registros e alta dispersão de dados sobre experiências e pesquisas relacionadas à comunicação pública no Brasil. O projeto atendeu à necessidade de criar um espaço único de captura, organização e de acesso a essa produção, bem como de fomentar o debate público sobre temas de interesse público, tornando todo o material disponível a pesquisadores e cidadãos. Assim, o Observatório adotou por objetivo monitorar temas de interesse público e a sua repercussão em meios de comunicação de massa, na imprensa, na academia, na sociedade e em sistemas de comunicação do Estado, a fim de fomentar debates e disponibilizar a produção científica na área da Comunicação Pública.

Figura 1: Página inicial do site do Observatório da Comunicação Pública

Fonte: www.ufrgs.br/obcomp. Acesso em 15/11/2020

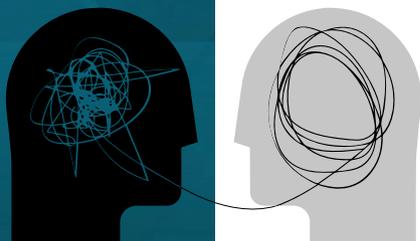
O projeto foca em duas grandes ações: primeiro, ser um repositório compartilhado que organiza, classifica e disponibiliza informações sobre processos, pesquisas, produção científica, organizações, sistemas e produtos relacionados a instituições públicas, interesse público e à comunicação; segundo, estimular o exercício da crítica acadêmica relacionada a fatos, informações, propaganda e produtos que abordem temas de interesse público.

Seu funcionamento se operacionaliza através de seis ações inter-relacionadas, a saber: (i) monitoramento; (ii) produção de conteúdo; (iii) análise e crítica; (iv) sistematização da produção científica; (v) participação e (vi) divulgação. Os conteúdos são organizados em torno do eixo temático “interesse público”, a partir de produtos como a comunicação institucional produzida pelo Estado, governos, instituições e atores da política; a comunicação midiática, abrangendo a programação e editoriais dos mídias hegemônicos e alternativos; a comunicação organizacional produzida por empresas privadas e entidades representativas que reagem de modo positivo ou negativo a políticas públicas de comunicação.

A primeira etapa para a concretização do projeto foi a captura e classificação de dados e informações sobre a produção científica ligada à comunicação pública; bem como da legislação, dos sistemas de comunicação do Estado e meios públicos de comunicação; de campanhas publicitárias de utilidade pública ou vinculadas a temas de interesse público. Em seguida, a equipe passou a definir pautas, redigir notícias, realizar entrevistas e produzir textos analíticos, sempre abordando temas de interesse público, em especial aqueles ligados à pesquisa em comunicação pública.

Em novembro de 2020³, o site do projeto contabilizava 428 notícias publicadas, 48 textos opinativos, oito entrevistas exclusivas, três resenhas de livros e duas aulas abertas; além de já ter divulgado 190 eventos acadêmicos e compilado 98 campanhas de interesse

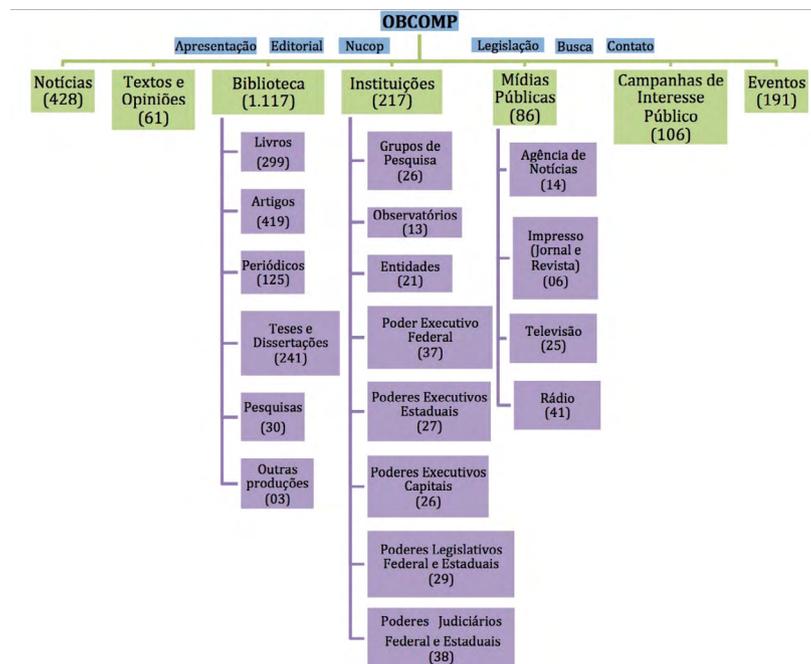
3 Dados atualizados até 09.Nov.2020



público. Entre agosto de 2019 e agosto de 2020, recebeu mais de 19 mil visitas – uma média de 1,5 mil acessos por mês.

Uma das seções mais acessadas no Observatório, e a que o firma como importante repositório acadêmico da área, é a Biblioteca, que disponibiliza 241 teses e dissertações sobre os temas da comunicação pública, comunicação política, comunicação de Estado e governamental, opinião pública, esfera pública e deliberação, mobilização social, jornalismo e interesse público, mídias e internet; além de referenciar 299 livros, 419 artigos, 125 periódicos, com indicação de Qualis/Capes; 30 Grupos de Pesquisa e 13 observatórios. O mapa do site (Figura 02) apresenta a quantidade de conteúdos/referências de cada seção.

Figura 2: Mapa do site do Observatório da Comunicação Pública e quantidades dos conteúdos disponibilizados nos cinco primeiros anos do projeto



Fonte: Desenvolvido pelas autoras

O projeto possui ainda um canal na plataforma de vídeos *Youtube*⁴, na qual armazena aulas abertas, entrevistas e depoimentos; e possui uma *fanpage* na plataforma social Facebook⁵, com quase dois mil seguidores⁶. A interface entre website e plataformas sociais digitais proporciona um fluxo permanente de acessos, entre usuários frequentes e ocasionais.

Por fim, dois conselhos garantem o cumprimento dos objetivos do OBCOMP e a solidez do projeto: o Conselho Consultivo e o Conselho Deliberativo, constituídos por dezenas de professores e pesquisadores⁷ ligados a universidades nacionais e internacionais. A estrutura técnica é composta por pesquisadores, docentes, doutorandos e mestrandos do grupo de pesquisa Núcleo de Comunicação Pública e Política (Nucop).

CINCO ANOS FORTALECENDO A PESQUISA ACADÊMICA

Ao completar cinco anos de atividade, o Observatório da Comunicação Pública se consolidou como repositório acadêmico, bem como espaço de vigilância e de debate público. A representatividade do material disponibilizado contribui para a pesquisa, para a produção científica e para a docência, se o tema é comunicação pública.

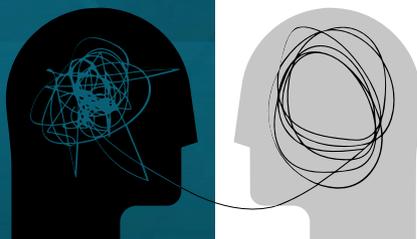
O OBCOMP é a demonstração de como as universidades – especialmente as públicas – devem se comunicar, realizar a comunicação pública ao fazer a divulgação da sua produção científica, abrir suas portas para debater temas

4 Disponível em bit.ly/YoutubeObcomp Acesso em 10.Nov.2020

5 Disponível em www.facebook.com/obcomp Acesso em 10.Nov.2020

6 Dado atualizado em 10.Nov.2020

7 Disponível em www.ufrgs.br/obcomp/apresentacao Acesso em 10.Nov.2020



de relevância para a sociedade. Somente na universidade é possível expor e debater temas complexos e polêmicos como religião, política, aborto, racismo, loucura, *fake news*, e, atualmente, a pandemia nas dimensões sanitárias, psíquicas e pedagógicas. (WEBER, 2020).

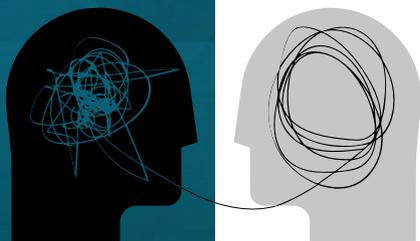
Para o coordenador da área de Comunicação e Informação junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Edson Fernando Dalmonte, nesses cinco anos o OBCOMP demonstrou “capacidade de rastrear, mapear, monitorar tanto o que é discutido como o que não é discutido, aquilo que é silenciado por interesses distintos e, às vezes, ocultos”. Avaliação semelhante faz o coordenador do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS), projeto ligado ao Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (POSJOR/UFSC):

Está na nossa Constituição Federal que o país precisa ter um sistema de radiodifusão composto por veículos privados, estatais e públicos. Os dois primeiros nós já temos, mas falta ao país uma comunicação pública forte e bem distribuída. O OBCOMP é uma importante iniciativa da UFRGS para pesquisar, acompanhar e ajudar a exigir que essa condição se cumpra. (CHISTOFOLETTI, 2020)⁸

A fim de ampliar sua atuação, o Observatório se uniu a outras iniciativas de pesquisa no campo da Comunicação. Em 2016, o OBCOMP passou a integrar, através do Nucop, o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD), rede de pesquisa formada por 26 laboratórios e grupos de pesquisa brasileiros e 23 instituições estrangeiras, incluindo 3 dos 4 maiores centros de pesquisa na área de democracia digital do mundo⁹. E, em 2020, o projeto se uniu na criação da Rede Nacional de Combate à Desinformação (RNCD), iniciativa que reúne projetos e instituições

8 Disponível em <http://www.ufrgs.br/obcomp/noticias/0/1881/pesquisadores-parabenizam-obcomp-pelos-cinco-anos/> Acesso em 10.Nov.2020

9 Disponível em <https://inctdd.org/pesquisa/rede-de-pesquisa/> Acesso em 10.Nov.2020



diversas – entre universidades, agências de notícias e de fact-checking, observatórios, revistas, projetos de comunicação educativa para a mídia etc. – para combater a desinformação no Brasil. Para Ana Regina Rêgo, idealizadora da RNDC e presidenta Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (SOCICOM),

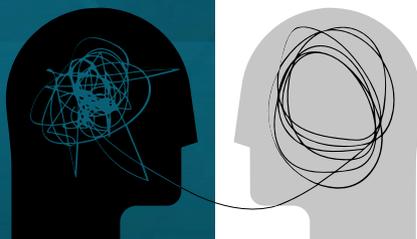
Em tempos sombrios precisamos estar mais atentos ao mercado da informação onde a desinformação também se faz presente, disputando espaço mercadológico, formando opiniões e alinhando pensamentos. O Observatório da Comunicação Pública - OBCOMP, da UFRGS, tem cumprido de forma rigorosa e primorosa o papel de vigilância e denúncia das narrativas desinformacionais que circulam entre Estado, mídia e sociedade. (RÊGO, 2020).¹⁰

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atuar com o monitoramento de temas e instituições permite qualificar e delimitar o conceito Comunicação Pública por ampliar o debate existente, gerando acúmulo teórico a partir da exposição das práticas desenvolvidas pelas instituições. Na perspectiva técnica, levantar dados e informações, agrupá-los, criticá-los, debatê-los e facilitar acesso, via um dispositivo como o Observatório da Comunicação Pública, significa pesquisar um dos processos mais complexos sobre as relações, direitos e deveres dos poderes públicos com a sociedade.

A identificação e análise da comunicação do Estado Brasileiro permite problematizar questões de ordem ética (limites entre o público e o privado); de ordem estética (qualidade da produção nas emissoras públicas); de ordem profissional (formação de técnicos e especialistas e a ampliação do campo de trabalho no Estado); de

¹⁰ Disponível em <http://www.ufrgs.br/obcomp/noticias/0/1881/pesquisadores-parabenizam-obcomp-pelos-cinco-anos/> Acesso em 10.Nov.2020

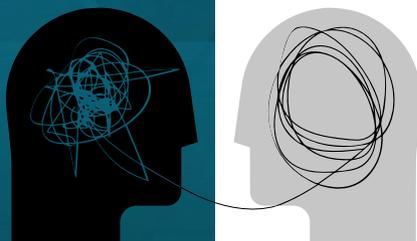


ordem técnica (espaços e sistemas das tecnologias da informação e comunicação) e de ordem política (limites da informação, propaganda e publicização). São questões complexas que exigem referencial teórico e investigação empírica acurada para abordá-las, ou seja, para identificar os limites e convergências entre o público e o privado quando o assunto é a comunicação de governo; a autonomia da informação de governo e das grandes mídias; a abrangência da comunicação pública, e a estrutura financeira, profissional e tecnológica que sustenta a comunicação das instituições.

A criação e implementação do OBCOMP permitiu e permite acompanhar, monitorar, organizar e tornar acessíveis informações e caminhos sobre a comunicação pública e as respectivas instâncias para sua produção. Neste sentido contribui para a qualidade da produção científica, para a formulação da crítica e para o debate sobre temas de interesse público constitutivo da qualidade da democracia. O acúmulo de informações oferece subsídios para a reflexão sobre a precisa relação entre direito à informação, à comunicação e à cidadania.

Como afirma Ana Javes Luz (2020), o OBCOMP é “espaço de reflexão acadêmica e de registro dos acontecimentos da sociedade, da mídia e do Estado”. Como tal, cabe ao projeto “jogar luzes sobre os deveres de cada integrante dessa tríade. Somente comprometidos com a transparência pública e com o interesse público teremos uma comunicação verdadeiramente democrática”.

A experiência aqui relatada abriga, ao mesmo tempo, um acervo no campo da Comunicação Pública e uma crítica contextual sobre temas de interesse público associados a instituições e mídias massivas. O projeto se consolida como repositório de pesquisas e demais produções científicas da área, catalogando e disponibilizando para livre acesso a produção intelectual no formato de teses, dissertações, publicações e produtos técnicos e científicos.

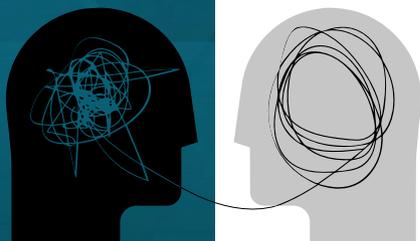


O OBCOMP ocupa um espaço destinado ao debate público e ao acúmulo teórico sobre comunicação pública, permitindo o exercício da cidadania ao reunir e disponibilizar informações sobre as relações mídia, sociedade e Estado; sobre estruturas e meios de produção de comunicação estatal e governamental; sobre a produção intelectual vinculada às práticas da comunicação pública. Não existe nada semelhante no espaço acadêmico. Ao mesmo tempo, o material disponibilizado permite aprofundar o conceito Comunicação Pública para além da comunicação de Estado e, nesse sentido, há um debate e aprendizado contínuos.

A circulação de informações e críticas no espectro da comunicação pública mantém em evidência o debate público sobre o poder dos meios de comunicação e das redes sociais em relação à constituição da cidadania, da democracia e das formas de comunicação do Estado e de suas instituições. Esse é o impacto: a acessibilidade a endereços, sistemas e produção de comunicação pública que pode qualificar a produção científica e a compreensão das relações políticas, através de processos e debates de comunicação.

Com a hipótese ordinária sobre a diluição acelerada entre interesses públicos e privados, é preciso demarcar a supremacia do público sobre o privado e entender os limites destes, quando o Estado se comunica; quando a sociedade se manifesta; quando as mídias participam desse debate. Assim, o problema principal reside em questões relacionadas aos principais atores do debate político numa esfera pública e à identificação da comunicação pública.

O funcionamento do OBCOMP permite experimentar a hipótese de que a comunicação pública ocorre somente quando estes três níveis (Estado, sociedade e mídia) debatem temas relacionados ao interesse público, à política pública ou a decisões políticas. Por isso, a necessidade de mapear e identificar os processos de comunicação pública, tão caros à comunicação, ciência política e à sociologia, criou



a estrutura do OBCOMP e o mantém como centro vital de pesquisa, crítica e cidadania.

REFERÊNCIAS

BOHMAN, John. *Public deliberation: pluralism, complexity and democracy*. Massachussets: MIT, Press, 2000.

BRAGA, José Luiz. *A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática*. São Paulo: Paulus, 2006.

CHRISTOFOLETTI, Rogério; MOTTA, Luiz Gonzaga. *Observatórios de mídia: olhares da cidadania*. São Paulo: Paulus, 2008.

ESTEVES, João Pissarra. *Sociologia da Comunicação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

ESTEVES, João Pissarra. *A ética da comunicação e os media modernos. Legitimidade e poder nas sociedades complexas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

ESTEVES, João Pissarra. *Espaço público e democracia: comunicação, processos do sentido e identidade sociais*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

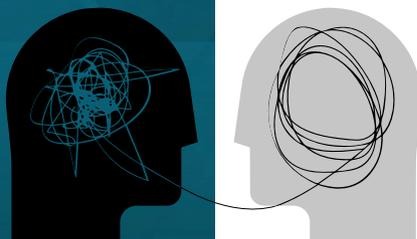
FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1967.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. *Direito e democracia: entre facticidade e validade, volume I*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LUZ, Ana Javes. *Fiscalizar a comunicação governamental é fortalecer a democracia*. OBCOMP, 2020. Disponível em <http://www.ufrgs.br/obcomp/textos-opinioes/1/1874/ana-javes-luz-fiscalizar-a-comunicacao-governamental-e-fortalecer-a-democracia/> Acesso em 10.Nov.2020.

TÉLLEZ, Maria Patrícia. *Observatório e ouvidorias: experiências de crítica midiática e cidadania na América Latina*. 2011. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.



WEBER, Maria Helena; CARNIELLI, Fiorenza Zandonade. A comunicação de instituições públicas e o paradoxo da visibilidade estratégica. In: *25º Encontro Nacional Compós*, 2016, Goiânia. Anais. GOIÂNIA: XXV COMPÓS, 2016.

WEBER, Maria Helena. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. In: KUNSCH, Margarida (Org.). *Comunicação Pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

WEBER, Maria Helena. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, Maria. Helena; COELHO, Maria. P.; LOCATELLI, Carlos. (Org.). *Comunicação Pública e Política: pesquisa & práticas*. Florianópolis: Insular, 2017, v. 1, p. 23-56.

WEBER, Maria Helena. *Celebração pública, silenciosa e política*. OBCOMP, 2020. Disponível em <http://www.ufrgs.br/obcomp/textos-opinioes/1/1884/maria-helena-weber-celebracao-publica-silenciosa-e-politica/> Acesso em 10.Nov.2020.

